

PARA UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA
DA
EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO MILITAR EM PORTUGAL
ENTRE 1790 E 1958

Coronel Luís M. Alves de Fraga

Embora a Sociologia seja uma ciência relativamente recente — data do século XVIII — pode dizer-se que só durante a presente centúria é que ela começou a viver o seu período mais áureo.

Com efeito, depois da Psicologia Social, da Economia, da Antropologia, da Ciência Política, da Demografia e da Geografia Humana terem encontrado os seus próprios objectos de estudo é que a Sociologia, por seu turno, definiu claramente um campo para análise. Este processo levou quase os noventa anos que estão passados do século XX.

Enquanto em França, na Alemanha, na Grã-Bretanha e especialmente nos Estados Unidos da América, a Sociologia ganhava importância, esta ciência social estava, em Portugal, interdita quer ao nível dos simples trabalhos individuais, de natureza autodidáctica, quer ao nível do «saber» organizado universitário. E, curiosamente, tal como afirma o Professor Doutor Mesquitela Lima, estava interdita, porque se identificava Sociologia a socialismo¹. Quer dizer, entre nós durante muitos anos, o desenvolvimento social possível foi amputado do apoio e da crítica científica. Se, de um modo geral, esta situação se fez sentir sobre toda a sociedade nacional, de um modo particular, teve maior incidência sobre determinados grupos sociais. Um deles foi o militar.

Dado que a Sociologia «tem como objectivo principal o compreender e o descrever, [...] as estruturas e a dinâmica interna próprias do real a estudar»², pode afirmar-se que, em oposição ao que aconteceu nos EUA onde, pelo menos desde a década de 50, se desenvolveram estudos sociológicos no âmbito do grupo militar³, em Portugal só muito recentemente se procurou esse

¹ Augusto Mesquitela Lima, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 15.

²) Margarida Marques, *op. cit.*, p. 29

³ Veja-se, por exemplo, Samuel P. Huntington, *The Soldier and the State*, Cambridge, Harvard University Press, 1957.

conhecimento de uma forma científica⁴. Assim, às Forças Armadas, na área da Organização, tem faltado a percepção da «abstracção realizada pelo sociólogo»⁵, a qual ajudaria a compreender o porquê do real e, até, se necessário a modificá-lo.

Se considerarmos que a educação militar⁶ está na dependência da área organizativa, porque a serve, torna-se fácil perceber o quanto têm perdido as Forças Armadas com a falta de estudos sociológicos directamente vocacionados para as questões da pedagogia castrense.

No ensaio que apresentamos pretendemos analisar umas quantas questões do âmbito da Sociologia na vertente da problemática da educação militar.

Seguiremos na nossa exposição duas grandes linhas de orientação: uma, generalista, será balizada pela tentativa de explicar o sistema de educação militar europeu utilizado no passado, relacionando-o com a evolução social, política e económica; outra, mais especializada, aproveitando o modelo da primeira, corresponderá à análise do caso português. Trata-se, no fundo, de tentar identificar o modelo educativo que tem norteado, ao longo dos tempos, a formação dos militares do Exército e da Força Aérea⁷ em Portugal.

Restringiremos o nosso estudo ao caso particular da educação militar seguido nas Academias, porque é nelas que ainda reside a função «recriadora» dos quadros que sustentam a organização militar e que, mais tarde, a vão comandar.

1. Um pouco do passado

Pode dizer-se que, anteriormente ao século XVIII, os exércitos na Europa pouco tinham de nacional, já que viviam do quase exclusivo apoio das tropas mercenárias que os monarcas pagavam para manter a segurança dos seus Estados. Todavia, é naquele século que se inicia a tentativa de «nacionalizar» os exércitos, isto é, de os constituir maioritariamente por cidadãos nacionais. A

⁴ Na prática, o primeiro trabalho, com perspectiva sociológica sobre questões militares, realizado no âmbito universitário, deve-se à Professora Doutora Maria Carrilho e subordina-se ao título *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

⁵ G. Thines e Agnès Lempereur, *Dicionário Geral das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições 70, 1984, p. 854.

⁶ Aqui a palavra educação assume o significado do conceito que lhe é próprio em Pedagogia, ou seja, «conjunto das acções e dos processos pelos quais uma dada sociedade [...] leva os jovens a participar na cultura e nas actividades do grupo e a integrar-se no seu meio de vida» (Idem, *op. cit.*, p. 289).

⁷ Por não possuímos, ainda, suficientes elementos estatísticos sobre a Armada, excluímos este Ramo do nosso estudo.

inspiração para o novo modelo foi colhida no século XVII, através dos bons resultados conseguidos por Gustavo Adolfo da Suécia. Foi assim que na Prússia e, em certa medida, na França se esboçaram os exércitos modernos.

Seria erróneo, julgamos, se se atribuisse a uma só causa o esboço que referimos. Tentemos apreciar panoramicamente a amplitude do problema.

O século XVIII caracterizou-se pela existência concomitante de dois movimentos sociopolíticos com sentidos contrários: por um lado, foi o período da máxima afirmação da aristocracia enquanto grupo social com tendências dominantes; por outro, foi o tempo da ascensão acelerada, do ponto de vista sociocultural, da burguesia comercial. No primeiro quadro insere-se, como causa ou efeito, a centralização do Poder real, a qual resultou no Absolutismo; no segundo quadro, insere-se o Iluminismo como tendência da ampliação dos anseios culturais da burguesia. A síntese resultou no Despotismo Esclarecido.

A associação sintética dos dois movimentos, na prática económica, originou um modelo de desenvolvimento nacional que encontrou em Colbert o seu teórico — o Mercantilismo. Assim, o rei absoluto passava a ser o senhor de um Estado vivendo em autarcia e culturalmente evoluído. No entanto, a Revolução Francesa veio demonstrar que a síntese não era estável, porque o movimento ascensional da burguesia obrigava esta, para consolidar a sua própria sensibilidade cultural e económica, a assenhorear-se do Poder político.

Ora, do ponto de vista militar, se a centralização do Poder real correspondeu à máxima integração e utilização da aristocracia nos exércitos, também, a autarcia implicou o desenvolvimento, por parte do Estado, das técnicas produtivas de armamento. E a verdade é que, pelo peso da tradição — a qual lhe conferia e reconhecia o direito ao parasitismo social e à ignorância literária — a aristocracia era incapaz de assumir como tarefa sua o comando do processo embrionariamente a caminho da industrialização que o Mercantilismo impunha. Assim, coube à burguesia ocupar esse vazio e, por conseguinte, controlar a área que, por si só, oferecia condições para se tornar o motor dos exércitos do futuro.

É desta forma que se explica que os altos postos dos exércitos do século XVIII tenham continuado nas mãos da nobreza tradicional, enquanto as Armas «científicas» (Artilharia e Engenharia), que esboçavam o seu aparecimento, começaram a ser o feudo da juventude burguesa, ainda antes do desaparecimento do Antigo Regime. Se é certo que na base desta dicotomia nascente esteve uma questão social — oposição aristocracia-burguesia — e uma questão económica —

oposição agricultura-maquino-factura — também é verdade que para ela contribuiu uma terceira questão: a da educação militar.

Realmente, enquanto a educação militar da aristocracia, que se incorporava nas fileiras do exército para servir na Cavalaria ou na Infantaria, era, no essencial, feita no Regimento, mais pela prática do exercício militar do que pela aprendizagem teórica (é necessário recordar que os postos eram comprados pela família do candidato a oficial), a educação militar e técnica dos jovens burgueses, que se destinavam ao serviço no Corpo de Artilheiros, começou a ser feita em estabelecimentos de ensino cuja designação variou com o lugar e o tempo. E isso ocorreu assim porque, cultural e socialmente, havia percepções diferentes do conceito de trabalho entre os dois grupos sociais, isto é, o que para a aristocracia representava trabalho, para a burguesia correspondia a ociosidade; o que para esta era labor, para aquela era desonra. Daí que, no século XVIII, os Corpos de Artilharia ainda fossem olhados, pela aristocracia, como elementos menores na actividade castrense. No entanto, convirá não esquecer que o homem que fez tremer todos os tronos da Europa — Napoleão Bonaparte — começou por ser um simples oficial de Artilharia de origem pseudo aristocrática, oriundo de uma família de costumes burgueses, mas, contudo, paupérrima. Esse homem tinha uma cultura técnico-militar superior para o seu tempo.

A Revolução Francesa, na medida em que correspondeu à vitória das concepções políticas, económicas e culturais da burguesia, provocou, também, profundas alterações ao nível militar.

Com efeito, pode genericamente dizer-se que os últimos dez anos do século XVIII e os primeiros cinquenta da centúria seguinte coincidiram com a implantação da burguesia no comando dos exércitos. Essa assunção do Poder militar passou por várias fases, por vezes simultâneas: a primeira correspondeu, pelo menos na Europa não sujeita à influência prussiana, ao arredar da aristocracia dos altos postos militares; a segunda, consequência da primeira, à imposição da liberalização do acesso aos postos de oficial; a terceira, à necessidade de uma preparação técnica para o desempenho das funções de comando.

Se se pode considerar que os sessenta anos que decorreram após a Revolução Francesa foram os da consolidação da burguesia no domínio do aparelho dos Estados, deve, também, admitir-se que corresponderam ao período da sua «aristocratização», isto é, à aquisição por parte da burguesia de uma cultura que não sendo a aristocrática se constituiu no resultado de uma fusão de valores. Foi o tempo das monarquias liberais e da nova nobreza com origem na burguesia.

Ora, a esta mutação ao nível civil correspondeu, a nível militar, movimento idêntico. Quer dizer, a par de uma educação militar com fundamentos nos princípios sociais, económicos e culturais da burguesia, passou a aceitar-se que a oficialidade castrense adoptasse um posicionamento social «aristocratizado», o qual lembrava em muito as antigas regalias da nobreza militar.

De 1850 em diante, a revolução industrial para a produção armamentista acelerou-se, facto que determinou, ao nível militar, a necessidade de fazer incluir na educação castrense cada vez mais conhecimentos científicos que permitissem ao oficial entender a tecnologia que era posta ao seu alcance. Começam, então, a adquirir maior importância as Armas de Artilharia e de Engenharia. Era a «aristocratização» dentro do próprio grupo militar. Assim, ao movimento ascensional da ciência e da técnica correspondeu uma subalternização cultural da Infantaria e da Cavalaria, que se assumiram como Armas «não científicas», facto que lhes valeu em termos de educação castrense uma «lateralização» dos conhecimentos teóricos a ministrar. Por outras palavras, pode dizer-se que as ciências exactas e a técnica delas resultante constituíram o «saber» da burguesia e o processo da sua afirmação social. Donde, as Armas da aristocracia — Cavalaria e Infantaria — no novo modelo *tinham* de ser subalternizadas.

A eclosão da 1.^a Guerra Mundial gerou as condições que evidenciaram a profunda contradição que o modelo anteriormente descrito continha.

Com efeito, o conflito bélico demonstrou que o desgaste do combate continuava a carecer mais das Armas subalternizadas do que das superiorizadas, isto é, a vitória militar alcançava-se através do número de combatentes e não propriamente através da melhor preparação científica dos mesmos. E foi tão evidente esta conclusão que todos os exércitos envolvidos, para comandar os soldados, acabaram por utilizar nas trincheiras oficiais com reduzidíssima preparação técnica e científica⁸.

Por outro lado, ficou demonstrada a maior importância dos Corpos de Estado-Maior sobre todas as Armas. Quer dizer, a ciência e a técnica — tomadas aqui no seu sentido mais lato —

⁸ Não deixará de ser curioso reparar que o modelo militar prussiano vigorou na Alemanha até quase ao final da 2.^a Guerra Mundial. Este caracterizou-se por ser uma mescla entre os tradicionais valores aristocráticos e os burgueses, com especial preponderância para os primeiros. Tal facto poder ter influenciado o decorrer das operações na 1.^a Guerra Mundial, já que a prevalência das Armas no combate equilibrou-se entre a «aristocrática» Infantaria e a «burguesa» Artilharia.

mostravam a sua menor importância face às ciências militares — a Estratégia, a Tática, a Organização e a Administração.

Mas o conflito militar pôs em destaque mais dois outros factos: primeiro, a superior condução da guerra era um atributo do Poder político; segundo, a produção dos artefactos militares não era mais do foro castrense, por ter definitivamente passado para a área da produção industrial civil e, assim, transitado, em última análise, para a competência dos governos.

O tempo que mediou entre o final da 1.^a Guerra Mundial e a segunda foi preenchido, no mundo ocidental, pela evolução de dois tipos de modelos politicamente divergentes e economicamente concorrentes; a um lado, estava o conceito que, negando o liberalismo parlamentar, favorecia o desenvolvimento capitalista quando este fosse nacionalista e, simultaneamente, imperialista; a outro, estava o conceito que, mantendo o parlamentarismo característico do século XIX, favorecia o livre desenvolvimento capitalista desde que sujeito — em especial depois de 1930 — ao intervencionismo estatal.

A 2.^a Guerra Mundial, ao contrário da anterior que teve fundamento quase exclusivo numa problemática de crescimento económico, justificou-se por razões de ordem política, isto é, ao modelo político totalitário opôs-se o modelo político demo-liberal. A vitória das democracias ocidentais, curiosamente, consagrando o parlamentarismo, consagrou o intervencionismo estatal, quer directa quer indirectamente, no domínio económico. Quer dizer, o conflito bélico gerou a síntese de três modelos político-económicos: o do monismo político e «liberalismo» económico limitado, o do monismo político e desenvolvimento económico planificado e, por fim, o do liberalismo político e económico ilimitados. E de tal forma a vitória das democracias ocidentais conseguiu que, passados quarenta e cinco anos, os adeptos do modelo do monismo político e do desenvolvimento económico planificado parecem ter aceite a síntese então conseguida.

O período que mediou entre as duas guerras mundiais, em termos de educação militar caracterizou-se, genericamente, pela existência de dois movimentos que, quase sendo opostos, se admitiam complementares: por um lado, a crescente afirmação do valor dos Corpos de Estado-Maior enquanto especialistas em organização e planeamento operacional, facto que lhes exigia uma preparação científica mais cuidada nas áreas das Relações Internacionais, da Diplomacia, da Economia, da Estratégia e da Tática Militares; por outro, função da mecanização dos exércitos, a Cavalaria e a Aeronáutica passara a reivindicar uma formação técnico-científica que lhes permitisse entender e discutir os engenhos que utilizavam, mas não fabricavam.

Curiosamente, nos EUA, as reformas curriculares que se fazem em West Point, tal como refere Samuel Huntington, vão no sentido de reduzir o ensino técnico e matemático, aumentando a aprendizagem nas áreas da História, da Economia e da Ciência Política⁹.

A 2.^a Guerra Mundial veio, uma vez mais, confirmar que o empolamento da formação técnico-científica não era essencial para a condução das operações militares.

Realmente, se por um lado, tal como no conflito bélico anterior, o número de homens envolvidos em campanha foi importante, por outro, mais do que nunca, ficou evidenciada a noção de economia de escala. Isto é, economicamente era imperioso produzir artefactos castrenses mais baratos e em número cada vez maior, de tal modo que, em simultâneo, fosse cada vez menos necessária qualquer especialização para o seu consumo. Vivia-se o quadro, quase perfeito, da economia de mercado: concorrência na produção para satisfazer um consumo imediato que simplesmente exigia qualidade no resultado.

Os quarenta e cinco anos que decorreram do fim da guerra até à actualidade caracterizaram-se segundo quatro linhas de força: uma, foi o estabelecimento da guerra fria, que polarizou as atenções em volta de um possível conflito militar entre os dois blocos ideologicamente opostos; outra, foi, consequência da primeira, a corrida aos armamentos nucleares; a terceira, foi, nas economias de mercado, a ampla produção e vasta divulgação de artefactos tecnologicamente complexos, mas de utilização simplificada; a última, foi a generalização de conflitos militares localizados, nos quais se ensaiaram armamentos convencionais complexos, com grande capacidade de destruição, mas de utilização simples.

Efectivamente, a guerra-fria tornou-se «motor» da produção armamentista, mas foi, também, garante da paz entre os países com maiores capacidades de desenvolvimento económico. Este facto permitiu, nos de economia de mercado, o avanço para a sociedade da abundância, que se apoiou no desenvolvimento de tecnologias complexas postas ao serviço do maior número possível de consumidores-utilizadores. Foi a «nova revolução industrial», só que, agora, em vez de ampliar o consumo de têxteis até os tornar acessíveis a todas as bolsas, ampliou-se o consumo de artigos plásticos, compósitos e electrónicos. A lógica que preside a esta «nova revolução industrial» é, em parte, a que presidiu à anterior — ampliação do consumo —, mas transporta em si uma componente inédita — a não selecção classista do consumidor, isto é, não pode haver barreiras de nenhum tipo para entrar a cadeia produção-consumo. Isso, em primeiro lugar, obriga à simplificação no uso

⁹ Samuel P. Huntington, *op. cit.*, pp. 294-298.

do artefacto. Mas vai mais longe, porque tem de conseguir dois efeitos adicionais, que são: por um lado, gerar a necessidade do artefacto — e consegue-o através da publicidade; por outro, garantir a rápida obsolescência do último artefacto produzido — e consegue-a através das inovações tecnológicas.

Os dois efeitos adicionais, que referimos, criam no consumidor a sensação de incultura tecnológica ou, se se quiser, a necessidade de uma especialização tecnológica que, afinal, a simplicidade no uso e consumo do artefacto não justifica. Trata-se de uma especialização aparente, porque os agentes produtores completaram o ciclo concorrencial, isto é, já não há só concorrência entre quem produz — situação clássica do mercado de consumo para embaratecer o produto —, mas concorrência entre quem compra para garantir que obtém o último e, por conseguinte, o melhor artefacto produzido. Produtor e consumidor criaram e estão perante o moderno suplício de Tantâlo — quando julgam ter alcançado a obra-prima que lhes convém, esta foi ultrapassada por uma outra.

Tínhamos já dito que a 1.^a Guerra Mundial havia ensaiado retirar aos militares a capacidade de produzirem os seus próprios artefactos bélicos; o segundo grande conflito, e o período que se lhe seguiu até hoje, reduziu os exércitos à condição de consumidores, isto é, sujeitou-os ao processo que acabámos de descrever — nos arsenais militares já não se contam só os números de armas, mas, também, a qualidade técnica das mesmas. Não se trata de uma qualidade ditada pelas conveniências do combate, mas de uma qualidade ditada pela lógica do consumo. No fundo, é como se os exércitos estivessem permanentemente em combate e permanentemente vissem destruídas as suas panóplias. Terão sido, pelo menos em parte, essas sucessivas «insangrentas batalhas» que provocaram a «derrota» ideológica dos países de economia planificada. E esse facto levanta-nos já uma dúvida: alterar-se-á, no futuro próximo, ao nível da produção e consumo de artefactos bélicos, a lógica que descrevemos? Aparentemente, o moderno suplício de Tantâlo, no mercado militar, perde a razão de continuar.

Entretanto, do ponto de vista da educação militar registaram-se duas novas posições, a saber: países houve que, provavelmente, por entenderem as alterações havidas no pós-guerra, modificaram os requisitos científicos exigidos aos seus oficiais, preparando-os de base para compreenderem melhor as conjunturas nacionais e internacionais, isto é, dando importância à função Estado-Maior em detrimento dos conhecimentos em ciências exactas (Física e Matemática) as quais já não serviam à produção de artefactos castrenses; noutros países manteve-se o modelo de

ensino que se tornou tradicional. Entre os primeiros estiveram os economicamente mais desenvolvidos e detentores de indústrias de armamento; entre os segundos aqueles que se quedaram pelo desenvolvimento económico limitado à primeira revolução industrial. Neste último caso esteve Portugal.

Função da visão panorâmica que acabamos de fazer, caberá agora a análise, também ela sintética, da evolução da educação militar portuguesa nos últimos cento e sessenta anos.

2. O passado português

Tal como aconteceu na Europa, especialmente em Espanha e em França, também, em Portugal, no século XVIII, se iniciou a educação militar e técnica pela Artilharia, embora, por razões de conjuntura — guerra da Restauração — já no século anterior se tenham lançado as primeiras bases científicas do sistema.

Com efeito, foi em 1641 que se fundou a Aula de Fortificação e Arquitectura destinada à preparação dos primeiros artilheiros cientificamente formados. Deve notar-se que o uso das peças de artilharia estava intimamente ligado à fortificação, sendo esta condicionada por aquela.

Em data incerta a Aula de Fortificação passou a designar-se Academia Militar e manteve-se em funcionamento até 1779. Embora não tenhamos conhecimento de quaisquer dados estatísticos, parece-nos poder inferir-se que a frequência daqueles estabelecimentos de ensino militar deve ter sido baixa e destinada em exclusivo ao fim inicial. Julgamos, também, não se poder associar a Academia Militar do século XVIII a quaisquer movimentos reivindicativos da burguesia comercial portuguesa; ter-se-á mantido, função de necessidades específicas de defesa militar, tal como, em 1701 e 1732, terão surgido duas Escolas de Formação de Engenheiros, respectivamente em Viana do Minho, Elvas e Almeida.

Outro tanto não se poderá dizer das Escolas de Preparação de Artilheiros surgidas em 1762 e 1763. Essas, até pela data da sua fundação e do esforço orientado para a autarcia que então se vivia em Portugal — fomento pombalino — terão seguido o modelo que referimos anteriormente, já que, em 1761, era fundado o Real Colégio dos Nobres, destinado a formar oficiais do Exército, desde que os candidatos, pelo menos, por um dos seus ascendentes fossem considerados nobres.

O verdadeiro «assalto» da burguesia nacional ao oficialato militar, ainda na vigência do Antigo Regime em Portugal, ocorreu no início da década de noventa do século XVIII, quando se fundou a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, em 1790 — que,

significativamente, funcionava no edifício do Arsenal do Exército —, se possibilitou, em 1792, a matrícula no Real Colégio dos Nobres a qualquer indivíduo do sexo masculino, se fundou, em 1793, a Academia Militar do Rio de Janeiro — que teve origem na Aula de Artilharia, criada em 1738 — e, por fim, em 1799, se fundaram a Aula de Matemática da Ilha Terceira, destinada a preparar oficiais de Artilharia, e a Academia Real de Marinha. Todo este movimento se compreende, se se levar em conta a proximidade temporal da Revolução Francesa (1789). Era, de facto, a burguesia nacional que despontava e arredava velhos privilégios nobiliárquicos.

As invasões napoleónicas, se, por um lado, constituíram a forma de «exportar» as novas ideias liberais, por outro, no geral, apelaram ao sentido patriótico de independência nacional. Assim, ter-se-ão gerado, em Portugal, movimentos contraditórios, que não permitiram, no final do século XVIII e começo do seguinte, o movimento ascensional da burguesia, que, como vimos, se vinha notando na década de noventa. Foi, talvez, por essas razões que só periféricamente se desenvolveu a educação militar.

Com efeito, ainda pairava sobre Portugal a ameaça de França, quando, em 1810, se transformou a Aula de Matemática da Ilha Terceira em Academia de Instrução Militar e, no mesmo ano, se procedeu de igual forma à mudança da Academia Militar do Rio de Janeiro em Academia Real Militar. Não era no Portugal continental e europeu que a burguesia conquistava o seu direito ao oficialato militar, era na periferia. Contudo, e como que provando a importância daquele grupo social, que ia conquistando direitos militares, junto à fortaleza de S. Julião da Barra — na Feitoria —, em 1802, o Comandante da praça fundou um estabelecimento de ensino destinado a educar os filhos dos oficiais artilheiros. Foi o embrião do Colégio Militar, oficialmente criado em 1814. Este, durante trinta e cinco anos, formou a maior parte dos Alferes de Infantaria e Cavalaria do Exército português. Curiosamente, note-se como, pelo facto de este estabelecimento formar oficiais daquelas Armas, o projecto burguês em início foi absorvido pelo conceito aristocrático ainda dominante.

Em 1817, continuando a sede do Poder no Brasil, foi criada em Goa uma Academia Militar destinada à formação de oficiais de Artilharia, de Engenharia e de Marinha, a qual, em 1841, foi extinta, dando lugar à Escola Matemática e Militar.

Como é sabido, em Portugal, só em 1820 é que se deu a revolução liberal que pôs fim ao Antigo Regime. Todavia, durante os catorze anos que se seguiram, a burguesia portuguesa não conseguiu assumir definitivamente a direcção política nacional. Foi precisa a Convenção de Évora-Monte, assinada em 1834, para, de vez, possibilitar o desenvolvimento das «novas ideias». Nesse interregno foi extinta, em 1832, a Academia de Instrução Militar da Ilha Terceira, embora, dois

anos antes, o Governo liberal, com sede em Angra, tivesse determinado a criação da Escola Militar Provisória com a finalidade de desenvolver o estudo da Matemática para servir à formação de oficiais de Artilharia e de Engenharia.

Do que, até aqui, sinteticamente relatámos, podem extrair-se algumas conclusões.

Assim, há que considerar dois períodos distintos na criação de estabelecimentos de ensino militar em Portugal: um, que abrange a segunda metade do século XVII e nove décadas do seguinte, durante o qual o espírito que presidiu ao aparecimento de escolas militares terá sido o da necessidade de defesa e o do prosseguimento de um modelo de desenvolvimento orientado para a autarcia; outro, que resultou da Revolução Francesa e se prolongou até ao início da consolidação do Liberalismo, durante o qual a burguesia em ascensão começou a ocupar-se das actividades militares. É neste último período que surgem os três estabelecimentos de ensino que formaram a oficialidade que tornou militarmente possível a vitória liberal.

Na verdade, as escolas militares que marcaram o «ritmo» educativo foram a Academia Real de Marinha, a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho e o Colégio Militar. A primeira funcionou como «curso preparatório» da segunda, já que para inscrição nesta era necessário ter aprovado em um ou dois anos do curso de Matemática que naquela se leccionava. Deste modo, todos os candidatos ao curso de Infantaria ou Cavalaria da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho tinham de possuir o primeiro ano de Matemática da Academia Real de Marinha e os candidatos aos cursos de Artilharia e Engenharia tinham de ter concluído, com aproveitamento, os dois primeiros anos da mesma matéria leccionada na referida Academia.

Os dados estatísticos que existem são relativos à Academia Real de Fortificação e permitem-nos concluir sobre a frequência dos dois estabelecimentos. Assim, em quarenta e quatro anos (até 1837), inscreveram-se na Academia Real de Fortificação 2.736 alunos e concluíram o curso 462, dos quais 281 foram destinados a Infantaria e Cavalaria e 181 a Artilharia e Engenharia. Estes números são notáveis se se tiver presente que, em 1910, 75%¹⁰ da população portuguesa (à volta de 5 milhões) era analfabeta. Quer dizer, a valores populacionais de 1820 (cerca de 3.100.000 habitantes) haveria, em cada cem mil portugueses, aproximadamente 2 jovens matriculados na Academia Real de Marinha. Daqui pode-se inferir, grosso modo, o número de famílias

¹⁰ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, 7ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1977, p. 226.

endinheiradas em Portugal — talvez, mais correcto dizer, em Lisboa —, o qual não seria, de todo, inferior a 62.

Consolidada a revolução liberal, logo três anos depois, em 1837, foram extintos os seguintes estabelecimentos de ensino militar: Real Colégio dos Nobres, Academia Real de Marinha e Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho. Para os substituir foram criadas a Escola Politécnica e a Escola do Exército.

Contudo, ter-se-á de recuar dois anos no tempo para perceber as razões que levaram ao desaparecimento simultâneo dos já tradicionais estabelecimentos de ensino militar e criação de dois outros.

Em 1835, pouco depois da subida ao trono de D. Maria II, o Ministro Agostinho José Freire propôs a reforma geral do ensino nacional, a qual passaria, em primeiro lugar, pela reforma do ensino universitário. Estava-lhe no ânimo criar em Lisboa e no Porto embriões de novas Universidades. Todavia, a Universidade de Coimbra, ciosa das suas regalias e do monopólio que detinha, imediatamente movimentou esforços no sentido de anular os desejos do Ministro. Tão veementes foram os protestos que Agostinho Freire se demitiu, sendo substituído por Rodrigo da Fonseca que, de imediato, fez decretar a criação em Lisboa do Instituto de Ciências Físicas e Matemáticas. Coimbra não perdoou e uma vez mais conseguiu o afastamento de um Ministro. Luís Mouzinho de Albuquerque, seu sucessor, anulou o decreto que criava o Instituto de Ciências Físicas e Matemáticas e tudo fica estático durante dois anos.

Como facilmente se entende, a reforma de 1835 correspondia ao movimento ascensional da burguesia, disposta a impor os novos valores culturais que a justificavam como classe dominante. A posição da Universidade coimbrã correspondia, por seu turno, à adopção de um conservadorismo aristocratizante próprio do regime deposto.

Em 1837, sendo Ministro da Guerra Bernardo de Sá Nogueira, Visconde de Sá da Bandeira, uma vez mais é reconhecida a necessidade — talvez por premência da burguesia lisboeta — de criar na capital do reino estabelecimentos de ensino de nível universitário, que permitam fazer face à evolução técnica que se começava a viver. Com estranha subtileza Sá Nogueira resolveu o problema: fez decretar a criação da Escola Politécnica e da Escola do Exército ao mesmo tempo que extinguiu as que já referimos. Era uma reforma do ensino militar que Coimbra

não podia contestar. Daí que, Rómulo de Carvalho — historiador do ensino em Portugal¹¹ —, haja afirmado que a Escola do Exército tenha simplesmente servido de cobertura à Escola Politécnica, porque nesta se ministravam cursos preparatórios para admissão àquela.

Realmente, estavam previstos cinco cursos preparatórios na Escola Politécnica, destinados ao acesso aos cursos de: a) oficial de Estado-Maior, Engenharia Militar e engenharia civil; b) Artilharia; c) Marinha; d) engenharia de construção naval; e) Infantaria e Cavalaria. Todos tinham a duração de dois anos com excepção do último, que durava só um.

Repare-se como, «diluídos» nos cursos destinados à preparação dos que se haviam de ministrar na Escola do Exército, surgiram dois que colmatavam necessidades urgentes ditadas, em especial, pelo tipo de crescimento económico que a burguesia estava a ensaiar. Note-se, também, que por esta época, como consequência do perdido monopólio da navegação para o Brasil, a burguesia comercial, tendo de suportar a concorrência da marinha mercante britânica, acreditava, poderia fazê-lo através de ampliar a construção de navios nacionais.

A Escola do Exército existiu com esta designação até 1910. Durante os setenta e três anos que mediam de uma data à outra, podem encontrar-se, relativamente à complexidade dos *curricula*, três períodos diferentes.

O primeiro, que vai de 1837 a 1863, apresenta a estrutura mais simplificada, pois engloba somente sete cadeiras, todas elas — com excepção da de língua inglesa — vocacionadas para a formação de oficiais de Artilharia e de Engenharia. Das sete destacamos duas pelo que evidenciam sobre os cursos: a 4ª e a 5ª por preverem o ensino de «estabilidade de construções e mecânica aplicada às máquinas e obras hidráulicas» e «arquitectura civil».

Neste período ministravam-se os cursos de Engenharia Militar e Artilharia com a duração de três anos, o de Estado-Maior com a duração de dois anos, os de Infantaria e Cavalaria com a duração de um ano, e o de Engenharia Civil com a duração de dois anos.

Em 1863 ocorreu a primeira reforma dos *curricula* da Escola do Exército. Embora se mantivesse o mesmo número de cadeiras, passou-se a ministrar conhecimentos mais dirigidos para os cursos específicos. Assim, já se previa o estudo de História e Geografia Militares, de Direito, de Estratégia, de Tática, de Comunicações, de História Militar Internacional, de Aprovisionamento, de Guerra de Sítio, de Explosivos, de Química Aplicada, de Fotografia, de Caminhos de Ferro, de

¹¹ Vide Rómulo de Carvalho, «Escola Politécnica» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1987, pp. 106-108.

Geodesia, de Topografia, de Balística de Resistência de Materiais, de Mecânica, de Pontes, de Estradas e de Arquitectura.

Os cursos continuaram sendo os mesmos, só que com ligeiras alterações em termos de duração. Assim, os de Infantaria e de Cavalaria passaram a ser de dois anos sem obrigação de prévia frequência da Escola Politécnica, ou seja, «desvalorizaram-se» cientificamente.

Em 1890 ocorreu a segunda reforma dos *curricula*, passando a ser leccionadas vinte cadeiras. A maioria era repetição das anteriores, contudo, a inovação resultou de se terem incluído novas matérias, mais de acordo, por um lado, com as necessidades políticas e militares de então, por outro, com o papel económico que a Artilharia passou a desempenhar no processo fabril militar. Dessas matérias¹² destacamos as seguintes: Organização Militar, Direito Internacional, Serviços Militares nas Colónias — que reflectia já os resultados da Conferência de Berlim, realizada em 1885 e o *ultimatum* britânico —, Material de Engenharia, Material de Artilharia, Armamento de Cavalaria e de Infantaria, Fabrico de Material de Guerra, Geologia Aplicada e Metalurgia.

Nos cursos houve, também, alterações já que se subdividiu o tempo de permanência na Escola do Exército em dois períodos: o geral, com a duração de um ano e comum a todos os alunos, e os especiais que incluíam o de Engenharia — com a duração de três anos —, o de Artilharia — durando dois anos —, os de Infantaria, Cavalaria e Administração Militar (este último constituía uma inovação) — todos com a duração de um ano —, o de Estado-Maior (que, agora, se passava a fazer já com dois anos de antiguidade de oficial) — com a duração de dois anos lectivos — e o de Engenharia Civil e Minas — com a duração de três anos.

Durante os setenta e três anos de existência da Escola do Exército — de 1837 a 1910 — inscreveram-se naquele estabelecimento 5.896 alunos e concluíram os cursos 4.470.

De tudo o que resumidamente escrevemos sobre a Escola Politécnica e a Escola do Exército, pode concluir-se que, a par da formação dos oficiais de Infantaria e Cavalaria, a preocupação dominante foi dotar o país com engenheiros civis e militares devidamente habilitados para apoiarem o desenvolvimento económico nacional e permitirem, por um lado, a manutenção da indústria de guerra já existente, e por outro, fazerem-na progredir até aos níveis das possibilidades do país.

¹² Deve notar-se a diferença entre «cadeiras» e «matérias», já que é tradicional na Escola do Exército e suas sucessoras sumariar o conteúdo daquelas.

Com efeito, do total de alunos que concluíram os cursos, 47,4% eram infantês, 14,5% artilheiros, 11,8% eram cavaleiros, 14,5% engenheiros militares, 3,5% oficiais de Estado-Maior, 3% oficiais de Administração Militar, 3,7% engenheiros civis e 1,6% engenheiros de construção civil e de minas. Repare-se que, percentualmente, a totalidade dos engenheiros formados (19,8%) ultrapassa o número de artilheiros, ou seja, o curso de Engenharia foi o segundo mais frequentado, facto que confirma o que antes afirmámos.

Em Outubro de 1910 foi proclamada a República em Portugal, ocorrência que, do ponto de vista sócio-político, correspondeu, finalmente, à completa assunção do Poder por parte da burguesia nacional. Na linha do pensamento do historiador Victor de Sá, o espaço de tempo entre 1820 e 1910 correspondeu como que ao «adiamento» da vitória liberal em todas as vertentes que ela em si encerrava. Por este facto, é natural que o novo regime estabelecesse novas orientações na área do ensino militar.

Assim, em consequência da reforma geral do Exército, em 1911, foi criada a Escola de Guerra em substituição da Escola do Exército.

O novo estabelecimento durou até 1919, distinguindo-se, nesse curto lapso de tempo, dois períodos; o primeiro vai até 1916 e o segundo até à nova reforma.

De início houve uma simplificação do *curriculum*, já que o número de cadeiras foi reduzido a dezoito, embora o novo estabelecimento tenha deixado de diplomar Engenheiros Civis por supressão daquele curso — que passou a ser frequentado no Instituto Superior Técnico, recentemente fundado —, e se tenha caminhado para uma maior especialização ao nível da Artilharia, pois foi desdobrado o curso em dois: o de Artilharia a Pé e o de Artilharia de Campanha.

Novas matérias foram introduzidas, tais como: Princípios de Colonização, Armas Portáteis, Artilharia de Campanha, Serviços de Administração Militar, Noções de Estatística, Sociologia, Direito Constitucional e Administrativo, Astronomia e Tática especializada para cada curso leccionado.

Estas matérias evidenciam o espírito de modernidade que o novo regime político pretendeu imprimir ao Exército, ao mesmo tempo que destinava a Escola de Guerra à sua função: preparar oficiais dos quadros permanentes devidamente especializados embora, ideologicamente, habilitados para compreenderem o recente enquadramento político republicano (Sociologia e Direito Constitucional e Administrativo).

Os cursos ministrados eram: Engenharia Militar — 4 anos —, Artilharia a Pé — 3 anos —, Artilharia de Campanha — 3 anos —, Infantaria, Cavalaria, Administração Militar e Estado-Maior — cada um com dois anos.

Em 1916, o ensino na Escola de Guerra foi reformado, tendo em vista a entrada de Portugal no conflito militar europeu. Todos os cursos se simplificaram, passando a ter a duração máxima de dois semestres. Este regime vigorou até 1919.

De 1911 a 1919, matricularam-se na Escola de Guerra 1.917 candidatos a oficial e concluíram os cursos 1.752 alunos.

Percentualmente, a distribuição dos alunos que concluíram os cursos fez-se da seguinte forma: oficiais de Estado-Maior 3,5%, engenheiros militares 5,5%, artilheiros a pé 2,7%, artilheiros de campanha 22,8%, cavaleiros 7,1%, infantess 44% e oficiais de Administração Militar 14,4%.

Estes números evidenciam não só a natureza do conflito militar que assolava a Europa como, também, a mudança que se pretendeu levar a efeito na constituição e orgânica do Exército: por um lado, dotá-lo de meios de combate modernos — Artilharia — e, por outro, reconhecer o papel fundamental da Logística na guerra — Administração Militar.

Em 1919 a Escola de Guerra foi reformada e substituída pela Escola Militar, que durou até 1938, tendo sofrido duas alterações durante os dezanove anos de existência.

O primeiro período, que foi da criação a 1926, caracterizou-se pelo aumento desmedido do número de cadeiras, já que se passou das dezoito para trinta e sete. Novas matérias eram leccionadas, assim como, a outras foi-lhes alterada a designação. Destacamos as seguintes: Direito Público, Princípios de Colonização e História Política e Militar das Colónias, Escrituração Militar e Contabilidade Aplicada, Tecnologia de Administração Militar, Tecnologia Industrial e Mecânica, Organização e Direcção de Oficinas, Indústrias Químicas, Automóveis e Aparelhos Aeronáuticos, Electrotecnia, Máquinas Eléctricas, Aplicações da Electricidade, Estradas e Obras de Arte, História Militar Moderna e Contemporânea, Material e Operações Navais, Higiene Militar.

Como se vê, as novas matérias reflectiam vários tipos de preocupação: aperfeiçoamento dos serviços encarregados da Logística, direcção e tecnologia de estabelecimentos fabris, penetração na indústria química — recorde-se que a 1ª Guerra Mundial evidenciou as armas químicas —, motorização dos Exércitos — também fruto do anterior conflito militar —, acompanhamento da evolução industrial da electricidade e articulação das operações militares

terrestres com as navais. Por sobre este conjunto pairaram dois tipos de conhecimentos: o relativo às colônias e o da História Militar recente.

Convirá acrescentar que o primeiro período coincidiu com os últimos anos da vigência da 1ª República, ou seja, com o do modelo demo-liberal da burguesia portuguesa. Isto quer dizer que o *currículum* da Escola Militar vazava ainda a ideologia que determinou a proclamação da República e a participação na Grande Guerra.

Os cursos que se leccionavam eram os de Engenharia e de Artilharia a Pé, com a duração de quatro anos, os de Artilharia de Campanha, Cavalaria, Infantaria, Administração Militar e Estado-Maior, com a duração de três anos.

Em 1926, na sequência da Ditadura Militar, os cursos da Escola Militar foram reformados, deixando ali de se leccionar o curso de Estado-Maior e passando a ministrar-se o curso complementar de Artilharia e de Engenharia, que correspondia à habilitação em Engenharia Fabril, ao mesmo tempo que se tornavam a juntar os cursos de Artilharia num só. O número de cadeiras baixou para trinta, tendo sido introduzidas mais algumas matérias novas, tais como: Geometria Aplicada, Desenho Militar, Administração Colonial, Meteorologia, Acústica, Tática Geral — que era leccionada antes das que respeitavam a cada uma das Armas —, Construções Cíveis e Industriais e, finalmente, Higiene Militar e Colonial. Entretanto, desapareciam matérias de Direito interno (só restou o Direito Internacional), de Sociologia e de História Contemporânea.

Os cursos ministrados na Escola Militar, para além dos complementares já referidos, passaram a ser: de Engenharia e de Artilharia, com a duração de quatro anos, de Infantaria, Cavalaria e Administração Militar, com a duração de três anos.

O terceiro e último período da existência daquele estabelecimento de ensino foi de 1930 a 1938. No primeiro dos anos citado ocorreu uma nova reforma, que simplesmente reduziu o número de cadeiras de trinta para vinte e oito.

Nos dezanove anos de labor da Escola Militar nela se inscreveram 1.118 alunos e concluíram os cursos 785. Percentualmente, e excluindo a Infantaria, que atingiu a cifra de 29,9% do total, a tónica formativa incidiu sobre a Artilharia com 26,6% dos finalistas, logo seguida da Engenharia com 20,8%, da Cavalaria com 14,2%, da Administração Militar com 8% e do Estado-Maior com 0,5%.

Como se verifica, o grande esforço formativo distribuiu-se entre a Artilharia e a Engenharia que, pela primeira vez, ultrapassou em percentagem a Infantaria. Quer dizer, para além

dos cursos serem mais longos, as duas Armas «científicas» recuperaram o seu papel «aristocrático» nas fileiras do Exército português, à semelhança do que havia ocorrido nos séculos XVIII e XIX. Todavia, agora, aparentemente, não havia motivo para tal, uma vez que o desenvolvimento económico e técnico nacional poderiam ser comandado pelos engenheiros formados no Instituto Superior Técnico. A explicação para uma tal ocorrência poder-se-á atribuir a dois vectores concomitantes: por um lado, havia oficiais de Infantaria em número excedentário, por outro, a própria ideologia do Estado Novo nascente começava, por motivos óbvios de segurança e propaganda, a dar maior ênfase à formação técnica do que à formação dita clássica (humanista e social). Esta tendência terá determinado a reforma da Escola Militar, substituindo-a pela Escola do Exército, em 1939.

Com efeito, o novo estabelecimento de ensino militar surgiu na sequência da Guerra Civil de Espanha e no ano da eclosão da 2ª Guerra Mundial. A reestruturação dos cursos fez-se seguindo dois princípios: primeiro, redução do número de cadeiras — de 28 passou a 22 — acompanhada de uma maior especialização; segundo, redução da duração dos cursos.

Na verdade as matérias novas que se passaram a leccionar dão-nos indicações sobre a preocupação de formar especialistas: Carros de Combate, Transmissões, Material Aeronáutico, Tática Aeronáutica (da qual chegou a ser professor o, então, Major Humberto Delgado), Tiro Aéreo, Administração Pública e Finanças e, finalmente, Contabilidade. Os cursos existentes eram: Engenharia, com a duração de quatro anos, dois dos quais frequentados no Instituto Superior Técnico, Artilharia, com a duração de três anos, Infantaria, Cavalaria, Administração Militar e Aeronáutica, com a duração de dois anos.

Curiosamente, os engenheiros formados pela Escola do Exército deixavam de ser reconhecidos como engenheiros civis, facto que confirma a importância que os Institutos de Engenharia passaram a ter na vida nacional, associando-os a uma noção de fomento e monumentalidade característica dos governos totalitários da época. O Estado Novo ainda não confiava no Exército ao ponto de o associar à prática propagandística que estava a desenvolver.

Em 1947 houve uma pequena reforma curricular, que levou ao aumento de mais duas cadeiras — de 22 para 24 — na área do ensino do curso de Engenharia. No restante tudo se manteve igual ao antecedente.

No ano seguinte ocorreu a alteração mais significativa de todo o século XX. Com efeito, recuperou-se, em parte, o modelo do século XIX, já que os alunos passaram a ser obrigados à

frequência de um primeiro ano geral, equivalente ao primeiro ano das Faculdades de Ciências, englobando as cadeiras de Matemáticas Gerais, Geometria Descritiva, Curso Geral de Física e Desenho Rigoroso. Quer dizer, sem razão aparente, abandonou-se o modelo de formação do técnico militar, que se começara a esboçar em 1939, para se caminhar no sentido de um ecletismo físico-matemático que a época — final da 2ª Guerra Mundial — já não explicava. Na verdade, como antes fizemos referência, acabava-se de viver a gestação do período de amplo alargamento do conceito de mercado às Forças Armadas.

O modelo, de 1948 a 1958, vai cristalizar de tal modo que se repete, aquando da reforma de 1959, ao transformar-se a Escola do Exército em Academia Militar.

Em 1948 o curso de Artilharia foi desdobrado em dois — o geral e o complementar, com a duração de um ano cada —, mantiveram-se para todos os restantes os dois anos de duração mais o ano comum e geral e, curiosamente, os engenheiros militares adquiriram de novo a equivalência a engenheiros civis — facto que confirma a recuperação do modelo novecentista e, agora, a confiança no Exército.

Nos dezanove anos de existência da Escola do Exército o grande esforço formativo foi, com exclusão natural da Infantaria (45,3%), de novo, para a Artilharia (18,2%), seguindo-se-lhe a Cavalaria (12,7%), a Administração Militar (10,6%), a Aeronáutica (8%) e, por fim, a Engenharia (5,2%).

Numa tentativa de síntese do que dissemos acerca do sistema educativo militar em Portugal poder-se-á afirmar que:

1º. De facto, de 1790 a 1837, os quadros do Exército não foram essencialmente provenientes da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho. Nesse período terá prevalecido o modelo de recrutamento característico do Antigo Regime, o qual se terá prolongado, provavelmente, até à década de sessenta do século XIX.

2º. O estabelecimento formativo dos quadros permanentes do Exército passou a ser, já só no século XX, sem sombra de dúvida, a Escola de Guerra e suas sucessoras, pois que, praticamente, todos os oficiais eram lá formados.

3º. O pós-1ª Guerra Mundial fez reduzir os efectivos de oficiais do Exército formados na Escola Militar — ter-se-á vivido uma situação de redimensionamento dos quadros das diferentes Armas — que, nas vésperas da eclosão da 2ª Guerra Mundial, a Escola do Exército se encarregou de preencher de acordo com as necessidades então sentidas.

Curioso é que fossem quais fossem as circunstâncias, quer políticas, quer de estruturação militar, que determinavam incrementos ou reduções de efectivos, nunca se deixou de ter estabelecimentos de ensino militar superior distintos para cada um dos Ramos existentes. Tratava-se duma problemática de identidade que nenhum regime político — da democracia liberal do século passado à democracia burguesa republicana, passando pelas ditaduras da presente centúria — se arriscou a alterar, porque, fazê-lo, era menos brigar com questões corporativas do que gerar condicionalismos de inoperacionalidade, por perda de arquétipos, que, mesmo desconhecendo a Sociologia, empiricamente não se achou aconselhável.

BIBLIOGRAFIA

O trabalho que apresentamos resulta não só da investigação que para o efeito fomos fazendo, mas, naturalmente, da integração de dados soltos que ao longo da vida tivemos oportunidade de adquirir. Assim, se por um lado, é possível inventariar a bibliografia base que objectiva e corporiza os elementos que apresentamos, por outro, torna-se-nos difícil identificar as fontes de todo o manancial de conhecimentos que só a experiência e as leituras dispersas nos forneceram. Contudo, e para não tornar muito extensa a presente nota bibliográfica, apresentamos alguns títulos e autores que, embora não citados no texto, podem ajudar à compreensão dos nossos pontos de vista.

Anuário da Academia Militar, Lisboa, Academia Militar, div. anos.

Anuário da Escola do Exército, Lisboa, Escola do Exército, div. anos.

BRAUDRILLARD, Jean — *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70, 1975.

CARRILHO, Maria — *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

CARVALHO, Rómulo de — «Escola Politécnica» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1987, pp. 106-108.

FRANCK, Louis — *La Libre Concurrence*, Paris, Presses Universitaires de France, 1967.

FRIEDMANN, Georges e TRÉANTON, Jean-Ren, — «Vida de Trabalho e Vida Fora do Trabalho. Indústria e Sociedade» in *Tratado de Sociologia* (dir. Georges Gurvitch), 1.º vol., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977, pp. 693-712.

GALBRAITH, John Kenneth — *O Novo Estado Industrial*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1973.

GOLDMAN, Nancy L. e SEGAL, David R. (Edits.), — *The Social Psychology of Military Service*, London, Sage Publications, 1976.

HUBERMAN, Leo — *História da Riqueza do Homem*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

HUNTINGTON, Samuel P. — *The Soldier and the State*, Cambridge, Harvard University Press, 1957.

JANOWITZ, Morris — *Military Conflict*, London, Sage Publications, 1978.

- LAUNAY, Jacques de — *As Grandes Controvérsias do Tempo Presente*, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d..
- LION, Pierre — *História Económica e Social do Mundo*, Lisboa, Sá da Costa Editora, vols. V e VI, 1981 e 1982.
- LHOMME, Jean — «Sociologia dos Sistemas, Regimes e Estruturas Económicas» in *Tratado de Sociologia* (dir. Georges Gurvitch), 1.º vol., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977, pp. 521-597.
- LIMA, Augusto Mesquitela — *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, vol. II, 7.ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1977.
- PERLMUTTER, Amos — *Lo Militar y lo Politico en los Tiempos Modernos*, Madrid, Ediciones Ejercito, 1982.
- PERROUX, François — *O Capitalismo*, Amadora, Livraria Bertrand, 1974.
- THINES, G. e LEMPEREUR, Agnês — *Dicionário Geral das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições 70, 1984.
- TOUCHARD, Jean — *História das Ideias Políticas*, Lisboa, Publicações Europa-América, vols. 3 a 6, 1970.
- VIAL, Jean — *O Advento da Civilização Industrial*, Amadora, Livraria Bertrand, 1976.
- WAKIN, Malham M. (Edit.) — *War, Morality and the Military Profession*, Boulder, Colorado, Westview Press, 1982.
- WORSELEY, Peter — *Introdução à Sociologia*, 3 vols., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1974.